

Reeleição, mas com renúncia

Um acordo de líderes no Senado, envolvendo também o PT, adiou para dia 25 a votação conjunta de dois projetos da reforma política, o que seria votado hoje, que aumenta a prazo de filiação partidária para

candidaturas, e o que estabelece o financiamento público das campanhas. Ao mesmo tempo, o assunto frequentou dois almoços importantes na capital. O presiden-

te Fernando Henrique Cardoso pediu a seus líderes na Câmara empenho na votação dos projetos que já estão na Casa e o vice-presidente Marco Maciel, em reunião no Palácio do Jaburu, disse aos dirigentes do PFL que este é o melhor momento para a aprovação das mudanças do sistema partidário e eleitoral.

Renúncia – Enquanto essas conversas se sucediam, outro ingrediente da reforma foi aprovado discretamente

na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado: a obrigatoriedade de renúncia ao cargo, seis meses antes, para os governantes que decidirem tentar a reeleição. Trata-se de uma mudança crucial no dispositivo constitucional que estabeleceu o direito de reeleibilidade no Brasil, permitindo, como em outras democracias,

que o governante disputasse no exercício do mandato.

A alteração desse dispositivo parece contar atualmente com apoio em todos os partidos. A probabilidade de que ela seja aprovada é grande, embora dependa do quórum constitucional de três quintos,

sempre difícil de ser obtido.

Antes das eleições de 1998 e 2000, tal modificação seria praticamente impossível. O momento hoje é outro. Fernando Henrique não poderá ser candidato e, assim como ele, a maioria dos governadores e prefeitos. Além disso, os políticos a vêem como “um aperfeiçoamento” da regra, diz o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros. Em geral, considera-se que nas campanhas estaduais e municipais a permanência no cargo é uma vantagem substancial para o candidato à reeleição. O veto a essa norma, porém, pode trazer problemas de composição político-eleitoral ao fragmentado pluripartidarismo brasileiro.



Renan Calheiros: “A hipótese da renúncia aperfeiçoa a reeleição”